

MORATÓRIA PARCIAL NO FINAL DE 1982

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 04.01.1983

O Brasil finalmente declarou-se formalmente em moratória. A notícia foi publicada de forma confusa no final do ano porque os jornais foram informados de maneira muito incompleta. A rigor a moratória não se refere aos vencimentos de janeiro de 1983 mas a todos os vencimentos deste ano. Deixaremos de pagar cerca de 7,5 bilhões de dólares de amortizações, que serão depositados em uma conta “simbólica” no Banco Central na data do vencimento caso o devedor local pague em cruzeiro. O credor estrangeiro, em seguida, poderá reimprestar seus dólares simbólicos ou mantê-los depositados no Banco Central. Os juros continuarão, assim, a ser pagos normalmente. O principal será amortizado em 8 anos, dividido em 12 prestações, com dois anos de carência.

É preciso, entretanto, não exagerar a importância dessa moratória. Em primeiro lugar porque ela é parcial, já que se mantém o pagamento dos juros. Segundo, porque diante da liquidação das reservas brasileiras e da perda de confiança da comunidade bancária internacional, essa era a única solução. Mesmo que os grandes credores estivessem dispostos a aceitar o acordo quanto ao re-escalonamento do principal proposto no dia 20 de dezembro em Nova York, os pequenos bancos não os seguiriam. Não havia, portanto, outra alternativa senão a moratória “unilateral”.

Na verdade tudo indica que essa moratória é apenas aparentemente unilateral. É mais ou menos evidente que a moratória foi declarada depois do prévio acordo com os principais credores e, talvez, com representantes do próprio FMI. Desde outubro a política econômica do Brasil está sendo virtualmente dirigida por cinco ou seis bancos em Nova York e pelo FMI, que procuram, em seu próprio interesse e quem sabe no Brasil evitar uma ruptura total de caixa. Nesse sentido, a moratória parcial, que assegura a todos os

credores um mesmo tratamento, é uma medida coerente e inevitável, não tendo caráter agressivo em relação ao sistema financeiro internacional.

Aliás, se o objetivo for evitar a moratória completa, que inclui os juros, que em 1983 andarão em torno de 9 bilhões de dólares, a única alternativa é não ser agressivo em relação aos banqueiros. Porque, além da suspensão do pagamento das amortizações em 1983, será necessário que (1) apertemos os cintos, reduzindo importações e aumentando exportações, e (2) que obtenhamos dinheiro novo, que aumente o volume total da dívida externa. Caso as duas coisas não sejam feitas, não teremos dinheiro para pagar os juros, e seremos obrigados a declarar a moratória total, inclusive dos juros.

Mas é precisamente em relação a essas duas estratégias que pode e deve haver divergência entre o Brasil e os nossos caros credores. Estes querem que a fonte para o pagamento dos juros e demais serviços (que corresponde aproximadamente ao déficit de transações correntes) seja feito através de um corte de importações violento, só possível com uma grande recessão, a qual, por sua vez, seria provocada através de uma drástica redução do déficit fiscal. Em contrapartida, pretendem reduzir ao mínimo o afluxo de dinheiro novo. Para o Brasil, ainda que uma política de austeridade seja necessária, a continuidade da recessão é inaceitável. Por isso teremos que exigir maior quantidade de novos empréstimos. E caso o sistema bancário internacional recuse ou não tenha condições de atender essa demanda, a alternativa da moratória unilateral e completa será provavelmente a única razoável. Se tivermos que pagar à vista todas as nossas importações, mas não tivermos nem juros nem principal para pagar, a redução de importações que teremos de fazer será aproximadamente de 3,5 bilhões de dólares. Se as exigências do sistema financeiro internacional forem maiores do que isto no momento é aproximadamente esse o valor previsto nos entendimentos com o FMI valerá a pena jogar com uma eventual ruptura total.

O essencial é desenvolver internamente uma política austera, mas não recessiva a partir da redução da taxa de juros, agora apoiada pelos bancos locais que, preocupados com o número crescente de concordatas que ameaçam suas próprias empresas, fizeram uma proposta objetiva nesse sentido. A redução dos juros e uma política monetária um pouco menos restritiva reanimarão a economia, mas exigirão um pouco mais de dinheiro novo

do sistema financeiro internacional. O que não podemos é prolongar mais ainda uma recessão que já dura dois anos sem resultados positivos.

Inclusive porque, conforme me escreveu uma amiga, desejando-me bom ano novo “afinal a vida não se resume no FMI”.(04/01)